

Aula 06

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Thaís de Cássia Rumstain

10 de Junho de 2025

DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ADVOCACIA PÚBLICA

Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto?	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	2
Questões estratégicas.....	13
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	19
Perguntas.....	19
Perguntas com respostas.....	20
Lista de Questões Estratégicas	23
Gabarito.....	25

O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de 2020 a 2025, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOCP**, exclusivamente para o **nível superior**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual

Tópico	% de cobrança Instituto AOCP
Do Ministério Público (arts. 176 a 181)	85,71%
Da Advocacia Pública (arts. 182 a 184)	14,29%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE



DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

- O Ministério Público é uma instituição prevista na Constituição Federal, no Capítulo “Das Funções Essenciais à Justiça”, artigos 127 a 130-A, dos quais destacamos:

“Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.”

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;



III - Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - Exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas”.

- O NCPC cuidou de harmonizar as previsões constitucionais sobre o Ministério Público, incorporando-as na legislação processual, conforme verificamos **dos artigos 176 e 177**, trazendo significativas mudanças em relação ao código anterior:

CPC/1973	CPC/2015
Art. 81. O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes	Art. 176. O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.
	Art. 177. O Ministério Público exercerá o direito de ação em conformidade com suas atribuições constitucionais

- O que se denota é que a atuação do Ministério Público foi ampliada, ele não atua apenas nos casos previstos em lei, como estabelecido no CPC/73, mas sim **“na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis”**, o que é muito mais amplo.



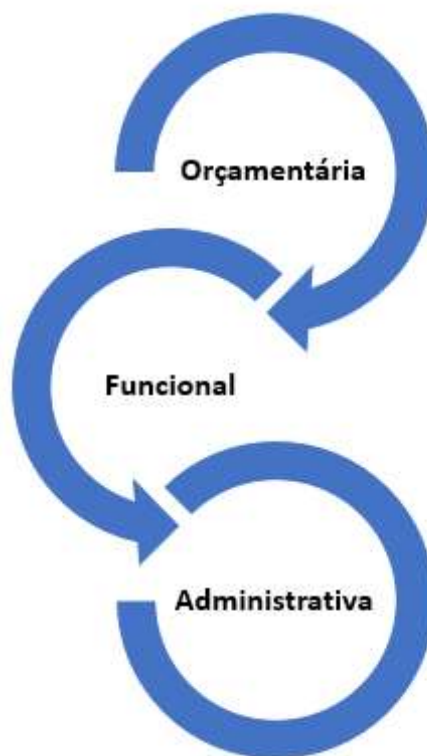
- Da Constituição Federal também se extraem os **PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS** que regem o Ministério Público (**art. 127, § 1º, CPC**), ou seja, para que o Ministério Público possa atingir seus objetivos funcionais, lhe são garantidos princípios:



- Embora estejam previstos os princípios da **UNIDADE** e a **INDIVISIBILIDADE**, há divisões internas, ou melhor dizendo, **partições de competência**, sem que isso implique em ofensa aos princípios. A partição de competência interna **visa garantir melhor desempenho das funções e atingir a finalidade que dele se espera.**



- Importante frisar que o Ministério Público é **INSTITUIÇÃO INDEPENDENTE** e por isso possui **AUTONOMIA**, conforme art. 127, §2º da CF:



- E na hora da prova não se esqueça que a atuação **não se restringe às ações judiciais** e:



O Ministério Público NÃO pertence ao Poder Judiciário



- As **FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO** estão previstas no artigo 129 da Constituição Federal.

Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CF

Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos

Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos pela CF

Defender judicialmente os interesses dos indígenas

Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com a sua finalidade

- É dessa lista de competências que derivam as **funções de Ministério Público** como **PARTE** ou **CUSTOS LEGIS (FISCAL DA ORDEM JURÍDICA)**.



- Embora uma das atividades do Ministério Público seja atuar como fiscal da ordem jurídica, a sua intervenção não é obrigatória em todos os processos, mas, há hipóteses em que o MP será **obrigatoriamente intimado, para no prazo de 30 dias, intervir como fiscal da ordem jurídica** (art. 178, CPC):



- Observação importante se faz em relação à desnecessidade de intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais (**art. 178, parágrafo único, CPC**), entendimento que foi sumulado pelo STJ.

Súmula 189, STJ: É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.

- Essa desnecessária intervenção do Ministério Público nas ações fiscais também se relaciona com a vedação que a Constituição Federal traz em relação a participação da Instituição como representante ou consultor jurídico de entidades públicas, nos termos **do artigo 129, IX, CF**:

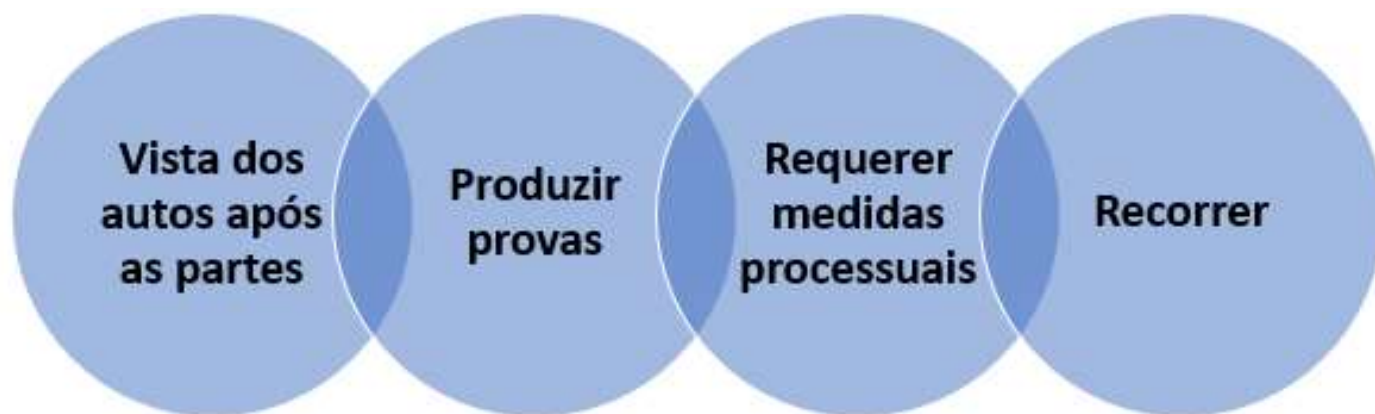
Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:



(...)

X - Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, **sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.**

- Atuando como fiscal da ordem jurídica é assegurado ao Ministério Público, nos termos do artigo 179, CPC:



- Mas é importante lembrar que o Ministério Público não atua, judicialmente, apenas como fiscal da ordem jurídica, mas ele pode atuar também como **PARTE**, sendo-lhe conferidas funções tais como:

Promover ação civil pública e de inconstitucionalidade	Abertura de inventário quando houver herdeiros incapazes	Extinção de Fundação	Ação rescisória
<p>Art. 129, CF. São funções institucionais do Ministério Público:</p> <p>III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos</p> <p>IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição</p>	<p>Art. 616, CPC. Têm, contudo, legitimidade concorrente:</p> <p>I – o cônjuge ou companheiro supérstite;</p> <p>II – o herdeiro;</p> <p>III – o legatário;</p> <p>IV – o testamenteiro;</p> <p>V – o cessionário do herdeiro ou do legatário;</p> <p>VI – o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança;</p> <p>VII – o Ministério Público, havendo herdeiros incapazes;</p> <p>VIII – a Fazenda Pública, quando tiver interesse;</p> <p>IX – o administrador judicial da falência do herdeiro, do legatário, do autor da herança ou do cônjuge ou companheiro supérstite.</p>	<p>Art. 765, CPC. Qualquer interessado ou o Ministério Público promoverá em juízo a extinção da fundação quando:</p> <p>I – se tornar ilícito o seu objeto;</p> <p>II – for impossível a sua manutenção;</p> <p>III – vencer o prazo de sua existência.</p>	<p>Art. 967. Têm legitimidade para propor a ação rescisória: (...)</p> <p>III – o Ministério Público:</p> <p>a) se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção;</p> <p>b) quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei;</p> <p>c) em outros casos em que se imponha sua atuação;</p> <p>IV – aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.</p> <p>Parágrafo único. Nas hipóteses do art. 178, o Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica quando não for parte</p>



- Outras funções do Ministério Público que possuíam previsão no Código Civil, no tocante à interdição e curatela sofreram alterações com o advento do novo Código de Processo Civil. Estabelece **os artigos 747 e seguintes do CPC**:

Art. 747. A interdição pode ser promovida:

I - Pelo cônjuge ou companheiro;

II - Pelos parentes ou tutores;

III - Pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando;

IV - Pelo Ministério Público.

Parágrafo único. A legitimidade deverá ser comprovada por documentação que acompanhe a petição inicial.

Art. 748. O Ministério Público **só promoverá interdição em caso de doença mental grave**:

I - Se **as pessoas designadas nos incisos I, II e III do art. 747 não existirem ou não promoverem a interdição**;

II - Se, **existindo, forem incapazes** as pessoas mencionadas nos **incisos I e II do art. 747**.

Art. 756. **Levantar-se-á a curatela** quando cessar a causa que a determinou.

§ 1º **O pedido de levantamento** da curatela **poderá ser feito** pelo interdito, pelo curador ou **pelo Ministério Público** e será apensado aos autos da interdição.

Art. 761. **Incumbe ao Ministério Público** ou a quem tenha legítimo interesse **requerer**, nos casos previstos em lei, **a remoção do tutor ou do curador**.

- Lembre-se que a intervenção do Ministério Público como **custos legis** é obrigatória e a sua ausência gera a nulidade do processo, se a Instituição declarar que a sua ausência trouxe prejuízo para o processo:

Art. 279. É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

§ 1º Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado.

§ 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.



- Em relação aos prazos, importante lembrar que o Ministério Público terá sempre **PRAZO EM DOBRO** para se manifestar no processo:

Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos **do art. 183, § 1º**.

§ 1º Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.

§ 2º Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

- Revisamos até agora as funções judiciais do Ministério Público, no entanto, é importante recordar as funções na atividade **EXTRAJUDICIAL**, principalmente aquela voltadas a defesa dos **interesses transindividuais**. Vamos recordar que interesses são esses!
- Os direitos coletivos são **DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS**, entendidos como aqueles que **não possuem um titular individualmente determinado** e **são materialmente indivisíveis**.
- ➤ O Código de Defesa do Consumidor traz a distinção dos direitos transindividuais a parti de sua origem, separando-os em **Direito Difuso; Coletivo e Individual Homogêneo**:



- É também do CDC que extraímos a diferenciação entre cada um deles:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:



I - Interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - Interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - Interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.



DIFUSO

- Natureza indivisível
- Titular são pessoas Indeterminadas
- Ligas por uma circunstância de fato
- Exemplo: meio ambiente saudável



COLETIVO

- Natureza indivisível
- Titular será um grupo, categoria ou classe
- As pessoas estão ligadas por uma relação jurídica base
- Exemplo: qualidade dos serviços públicos



INDIVIDUAL HOMOGÊNEO

- Decorrentes de uma origem comum
- Exemplo: queda de avião, naufrágio de navio

- Na defesa dos interesses transindividuais, o **Ministério Público** poderá **celebrar termos de ajustamento de conduta, realizar audiências públicas e referendar acordo entre particulares**, por exemplo.



▪ E as responsabilidades dos membros do Ministério Público???

*****Importante:**

- Não se pune a conduta culposa!
- Os membros do Ministério Público não estão sujeitos à aplicação da multa prevista no artigo 77, §6º, CPC:

Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

I – Expor os fatos em juízo conforme a verdade;

II – Não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento;

III – Não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;

IV – Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação;

V – Declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva;

VI – não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

(...)

§ 2º A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

(...)

§ 5º Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa prevista no poder ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.

§ 6º Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica o disposto nos §§ 2º a 5º, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará.

Art. 181. O membro do Ministério Público será **civil e regressivamente responsável** quando agir com **dolo** ou **fraude** no exercício de suas



- O artigo 130-A da Constituição Federal, através da Emenda 45/2004, criou o Conselho Nacional do Ministério Público, um órgão com a função de **controlar a atuação administrativa e financeira** do Ministério Público, bem como **fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais**.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(2023 - INSTITUTO AOCP - MPE-RR) O Código de Processo Civil de 2015 adequou o Ministério Público ao perfil traçado pela Constituição Federal de defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis. Nesse sentido, os membros do Ministério Público NÃO intervêm como fiscal da ordem jurídica

- A) nas causas que envolvam interesse público ou social.
- B) nas ações de família, quando houver interesse de incapaz, e naquelas em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.
- C) nos incidentes de resolução de demandas repetitivas, quando não for parte.
- D) nos litígios individuais pela posse de terra rural ou urbana.

Comentários

D) **Certo.** Como dito, o Ministério Público NÃO intervém como fiscal da ordem jurídica nos litígios individuais pela posse de terra rural ou urbana, mas sim nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

O CPC/15 trata do tema da seguinte forma:

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na *Constituição Federal* e nos processos que envolvam:

- I - interesse público ou social;
- II - interesse de incapaz;
- III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

Gabarito: "D".

2.(2022 - INSTITUTO AOCP - MPE-MS) Quanto à obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público Estadual, assinale a alternativa correta.



- A) Nas ações com pretensão de fornecimento de medicamento ajuizada contra a Fazenda Pública (município), é obrigatória a intervenção do Ministério Público Estadual.
- B) Será intimado para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
- C) É nulo o processo em que não houve a intimação e a intervenção do MP em primeiro grau de jurisdição, apesar da presença de parte com enfermidade psíquica grave e cujos legitimados para pedir a interdição possuem conflitos de interesses.
- D) Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz dilatará o prazo por igual período.
- E) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam interesse público ou privado.

Comentários

- A) **Errado.** Em desacordo com o disposto no parágrafo único, do art. 178, do NCPC:

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na *Constituição Federal* e nos processos que envolvam:

Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

- B) **Errado.** O prazo citado é de 30 dias. Veja:

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na *Constituição Federal* e nos processos que envolvam:

III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

- C) **Certo.** Em harmonia com o entendimento jurisprudencial do STJ, conforme vemos no seguinte julgado:

É nulo o processo em que não houve a intimação e a intervenção do Ministério Público em primeiro grau de jurisdição, apesar da presença de parte com enfermidade psíquica grave e cujos legitimados para propor eventual ação de interdição possuem conflitos de interesses. (STJ. 3ª Turma. REsp 1.969.217-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. em 08/03/2022 - Info 729).

- D) **Errado.** Diferentemente do alegado, findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo. Observe:



Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do *art. 183, § 1º*.

§ 1º Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.

E) **Errado.** O MP não intervém nos processos que envolvam interesse privado, mas sim quando houver interesse público e social. Vejamos:

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na *Constituição Federal* e nos processos que envolvam:

I - interesse público ou social;

Gabarito: "C".

3.(2022 - INSTITUTO AOCP - MPE-MS) Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. O Ministério Público, atuando como custos legis, tem legitimidade para opor exceção de incompetência relativa do juízo da ação entre pessoas capazes, porque ali atua como fiscal da ordem jurídica.

II. O Ministério Público, atuando como custos legis em causa que envolve interesse de incapaz, não tem interesse em recorrer objetivando a reforma de sentença contrária ou menos favorável aos direitos perseguidos pelo incapaz.

III. O Ministério Público sempre gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.

IV. O Ministério Público não gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos quando a lei, expressamente, estabelecer prazo próprio para a sua manifestação.

A) Apenas I e II estão corretas.

B) Apenas III e IV estão corretas.

C) Apenas II está correta.

D) Apenas IV está correta.

E) I, II, III e IV estão incorretas.

Comentários

I. **Errado.** O MP atua em ação envolvendo pessoas incapazes. Veja:

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na e nos processos que envolvam:



II - interesse de incapaz;

II. **Errado.** No caso, o MP pode recorrer, por ordem do art. 170 II, do CPC/15:

Art. 179. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:

II - poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer

III. **Errado.** Nem sempre o MP gozará do prazo em dobro, conforme se infere da exceção prevista no § 2º, do art. 180, do CPC/15:

Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do *art. 183, § 1º*.

§ 2º Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

IV. **Certo.** Consoante exposto no § 2º, do art. 180, do NCPC:

Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do *art. 183, § 1º*.

§ 2º Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

Gabarito: "D".

4.(2021 - AOCP - MPE-RS) Em relação às aptidões e à atuação do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

A) Em sede de Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade, com exceção dos casos que envolvam discussões relativas a direito de menores e incapazes, não será obrigatória a participação do Ministério Público, tendo-se em vista que o cerne dessa discussão procedimental possui viés legislativo, ou seja, não vinculado ao interesse público que atrai a participação ministerial em comento.

B) O Código de Processo Civil Brasileiro considera a permissão legal de elaboração de instrumento transacional referendado, conferindo a tal documento força executiva, podendo tal termo ser realizado pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal, não se incluindo o Ministério Público dentre os autorizados.

C) A participação do Ministério Público em casos de interesse público ou social é o que fundamenta a necessidade de sua participação, como fiscal da ordem jurídica, em ações que envolvam a Fazenda Pública, justamente para proteção da coisa pública. Porém não poderá o



Ministério Público interpor recurso em tais situações, tendo-se em vista a regra de remessa necessária para os casos em questão.

D) Deve o Ministério Público ser intimado para que, no prazo de trinta dias, intervenha em causas que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural, entretanto não poderá alegar a incompetência relativa em tais casos, visto que, em que pese o interesse social justificado pela função social da propriedade, a incompetência relativa possui aspecto privado, diferentemente do que ocorre com a incompetência absoluta, que possui aspecto público.

E) Um dos aspectos que atrai a legitimidade do Ministério Público para propor uma Ação Civil Pública é o interesse público ou social, tal como em casos de defesa do patrimônio público e também em situações de ilegalidade de ajustes de mensalidades escolares, em que pese o aspecto privado da prestação de serviços das escolas particulares.

Comentários

A) **Errado.** Contrário ao que determina o art. 948 do CPC/15:

Art. 948. Arguida, em controle difuso, a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, após ouvir o Ministério Público e as partes, submeterá a questão à turma ou à câmara à qual competir o conhecimento do processo.

B) **Errado.** É o que se extrai da análise do art. 784, IV, do NCPC:

Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais:

IV - o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal;

C) **Errado.** Contrário aos mandamentos expostos nos seguintes artigos do CPC/15:

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na *Constituição Federal* e nos processos que envolvam:

I - interesse público ou social;

Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

Art. 179. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:

II - poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.

D) **Errado.** Em oposto ao que foi dito, o NCPC prescreve que a incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar. Veja:



Art. 65. Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

Parágrafo único. A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.

E) **Certo**. De acordo com as seguintes Súmulas do STJ e STF, respectivamente:

Súmula 329 STJ - O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.

Súmula 643 STF - O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

Gabarito: "E".

5.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Nova Iguaçu/Procurador) Acerca dos direitos e dos deveres da Advocacia Pública, dispostos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial.

B) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

C) O benefício da contagem de prazos em dobro será aplicado ainda que lei diversa estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

D) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

E) A intimação pessoal do membro de Advocacia Pública far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.

Comentários

Letra A – **Certa**. Nos termos do art. 182 do CPC/15:

Art. 182. Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.

Letra B – **Certa**. Ordem expressa no art. 183 do NCPC:

Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas



as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

Letra C – **Errada**. Oposto ao que determina o § 2º, do art. 183, do CPC/15:

Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

§ 2º Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

Letra D – **Certa**. Norma do art. 184 do NCPC:

Art. 184. O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções

Letra E – **Certa**. Consoante previsão do art. 184 do CPC/15:

Art. 184. O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções

Gabarito: Letra C.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. O pai de Tício estava em estágio avançado de Alzheimer, com episódios frequentes de perda de memória e confusão mental. Tício foi orientado por um advogado a ajuizar uma ação de interdição, que foi distribuída em Pernambuco, localidade onde ambos residem. O Ministério Público foi chamado a intervir no caso e, além de requerer a produção de provas, também impugnou as provas apresentadas. Questiona-se se a posição do membro do Ministério Público encontra amparo legal.

2. Sentenciada a ação ajuizada por Tício, o Ministério Público interpôs recurso de apelação. Em suas contrarrazões, Tício alegou que o recurso interposto era intempestivo, pois foi protocolado no 16º dia após a publicação da sentença. O argumento de Tício está correto? Por que?



3. Ainda em relação ao processo ajuizado por Tício, também em contrarrazões de recurso de apelação, Tício argumentou que o Membro do Ministério Público tentou alterar a verdade dos fatos e requereu a aplicação de multa por litigância por má-fé. O pedido de Tício será acolhido?

4. O Município de Caruaru ajuizou ação fiscal em face de Mévio, que requereu a intervenção do Ministério Público na ação, como *custos legis*. O juiz indeferiu o pedido. A decisão do juiz foi acertada? Fundamente.

5. Joana, menor impúbere, ficou órfã após acidente de carro que vitimou os seus pais. Ela era filha única e única herdeira da herança deixada pelos seus genitores. O Ministério Público requereu a abertura de inventário. O Ministério Público tem legitimidade para a abertura do inventário em nome da Joana?

6. Vitor e Giovana promoveram ação de separação consensual cumulada com fixação de alimentos em favor do filho menor, Gustavo. Como a separação era consensual e ambos estavam de acordo com o valor fixado à título de alimentos, o juiz deixou de intimar o Ministério Público para se manifestar no feito. No entanto, antes que fosse proferida a sentença, o juiz foi enviado à outra comarca, vindo a ser substituído por outro magistrado. Ao analisar os autos, o juiz verificou que o Ministério Público não havia sido intimado a acompanhar o processo e declarou a nulidade do processo. A decisão foi correta?

7. O Ministério Público do Estado do Pernambuco ajuizou ação civil coletiva através da qual pretendia discutir o reajuste contratual aplicado aos planos de saúde da Associação dos Servidores Públicos Estaduais, por entender que o reajuste aplicado aos consumidores foi abusivo, requereu a além da revisão do índice de reajuste, a devolução de todos os valores pagos a maior, pelos consumidores. Citado, o plano de saúde argumentou que o Ministério Público não possui legitimidade para ajuizar ação coletiva, nesse caso específico, pois os beneficiários são individualizados. A tese defensiva está correta?

Perguntas com respostas

1. O pai de Tício estava em estágio avançado de Alzheimer, com episódios frequentes de perda de memória e confusão mental. Tício foi orientado por um advogado a ajuizar uma ação de interdição, que foi distribuída em Pernambuco, localidade onde ambos residem. O Ministério Público foi chamado a intervir no caso e, além de requerer a produção de provas, também impugnou as provas apresentadas. Questiona-se se a posição do membro do Ministério Público encontra amparo legal.



Sim, o membro do Ministério Público poderá produzir provas e requerer todas as medidas processuais que entender pertinentes ao caso, com amparo **no artigo 179, II, CPC**:

Art. 179. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:

(...)

II – Poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.

2. Sentenciada a ação ajuizada por Tício, o Ministério Público interpôs recurso de apelação. Em suas contrarrazões, Tício alegou que o recurso interposto era intempestivo, pois foi protocolado no 16º dia após a publicação da sentença. O argumento de Tício está correto? Por que? Não, o argumento está equivocado, a lei estabelece prazo em dobro aos Membros do Ministério Público:

Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos **do art. 183, § 1º**.

§ 1º Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.

§ 2º Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

3. Ainda em relação ao processo ajuizado por Tício, também em contrarrazões de recurso de apelação, Tício argumentou que o Membro do Ministério Público tentou alterar a verdade dos fatos e requereu a aplicação de multa por litigância por má-fé. O pedido de Tício será acolhido?

Não, primeiramente, o Ministério Público só responderá nos casos em que se provar que o membro agiu com dolo ou fraude, no exercício de suas funções. Ainda, mesmo que houvesse o dolo ou a fraude, a lei prevê que a responsabilização se dará civil e regressivamente, conforme determina **o artigo 181, CPC**: “O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções”. Por fim, no tocante à aplicação de multa, **o artigo 77, §6º** exclui essa possibilidade:

§ 6º Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica o disposto nos §§ 2º a 5º, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará.

4. O Município de Caruaru ajuizou ação fiscal em face de Mévio, que requereu a intervenção do Ministério Público na ação, como custos legis. O juiz indeferiu o pedido. A decisão do juiz foi acertada? Fundamente.



Sim, a decisão foi acertada, pois não há necessidade de intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais, nos termos **do artigo 178, parágrafo único do CPC**. Importante observar que esse entendimento já foi sumulado pelo STJ, através **da Súmula 189: É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.**

5. Joana, menor impúbere, ficou órfã após acidente de carro que vitimou os seus pais. Ela era filha única e única herdeira da herança deixada pelos seus genitores. O Ministério Público requereu a abertura de inventário. O Ministério Público tem legitimidade para a abertura do inventário em nome da Joana?

Sim, o Ministério Público não atua apenas como fiscal da lei, mas também há situações em que ele poderá atuar como parte no processo. **O artigo 616, VII, CPC**, estabelece a legitimação concorrente do Ministério Público, para abertura de inventário que envolva incapaz:

Art. 615. *O requerimento de inventário e de partilha incumbe a quem estiver na posse e na administração do espólio, no prazo estabelecido no art. 611.*

Parágrafo único. *O requerimento será instruído com a certidão de óbito do autor da herança.*

Art. 616. *Têm, contudo, legitimidade concorrente:*

VII – o Ministério Público, havendo herdeiros incapazes;

6. Vitor e Giovana promoveram ação de separação consensual cumulada com fixação de alimentos em favor do filho menor, Gustavo. Como a separação era consensual e ambos estavam de acordo com o valor fixado à título de alimentos, o juiz deixou de intimar o Ministério Público para se manifestar no feito. No entanto, antes que fosse proferida a sentença, o juiz foi enviado à outra comarca, vindo a ser substituído por outro magistrado. Ao analisar os autos, o juiz verificou que o Ministério Público não havia sido intimado a acompanhar o processo e declarou a nulidade do processo. A decisão foi correta?

Não. Embora **o artigo 279, CPC** preveja a nulidade do processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deveria intervir, o §2º estabelece que a decretação de nulidade só poderá ocorrer após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou inexistência de prejuízo. Assim, a decretação de nulidade não pode ocorrer sem a oitiva do Ministério Público.

7. O Ministério Público do Estado do Pernambuco ajuizou ação civil coletiva através da qual pretendia discutir o reajuste contratual aplicado aos planos de saúde da Associação dos Servidores Públicos Estaduais, por entender que o reajuste aplicado aos consumidores foi abusivo, requereu a além da revisão do índice de reajuste, a devolução de todos os valores pagos a maior, pelos consumidores. Citado, o plano de saúde argumentou que o Ministério Público não possui



legitimidade para ajuizar ação coletiva, nesse caso específico, pois os beneficiários são individualizados. A tese defensiva está correta?

Não. De acordo com o **artigo 81, III, CDC**, o Ministério Público possui legitimidade para promover ação coletiva de direitos individuais homogêneos (aqueles que tem a mesma origem no tocante aos fatos geradores de tais direitos), como ocorre no presente caso, onde todos os consumidores foram atingidos pelo reajuste contratual promovido pela mesma operadora de plano de saúde a qual estavam vinculados por intermédio da Associação dos Servidores Públicos Estaduais. Ainda, o STJ tem seguido a mesma linha, ressaltando o interesse público relevante nas ações que envolvam o direito à saúde, tais como fornecimento de medicamentos, cancelamento de contratos ou reajuste de valores.

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(2023 - INSTITUTO AOCP - MPE-RR) O Código de Processo Civil de 2015 adequou o Ministério Público ao perfil traçado pela Constituição Federal de defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis. Nesse sentido, os membros do Ministério Público NÃO intervêm como fiscal da ordem jurídica

- A) nas causas que envolvam interesse público ou social.
- B) nas ações de família, quando houver interesse de incapaz, e naquelas em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.
- C) nos incidentes de resolução de demandas repetitivas, quando não for parte.
- D) nos litígios individuais pela posse de terra rural ou urbana.

2.(2022 - INSTITUTO AOCP - MPE-MS) Quanto à obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público Estadual, assinale a alternativa correta.

- A) Nas ações com pretensão de fornecimento de medicamento ajuizada contra a Fazenda Pública (município), é obrigatória a intervenção do Ministério Público Estadual.
- B) Será intimado para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
- C) É nulo o processo em que não houve a intimação e a intervenção do MP em primeiro grau de jurisdição, apesar da presença de parte com enfermidade psíquica grave e cujos legitimados para pedir a interdição possuem conflitos de interesses.
- D) Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz dilatará o prazo por igual período.



E) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam interesse público ou privado.

3.(2022 - INSTITUTO AOCP - MPE-MS) Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. O Ministério Público, atuando como custos legis, tem legitimidade para opor exceção de incompetência relativa do juízo da ação entre pessoas capazes, porque ali atua como fiscal da ordem jurídica.

II. O Ministério Público, atuando como custos legis em causa que envolve interesse de incapaz, não tem interesse em recorrer objetivando a reforma de sentença contrária ou menos favorável aos direitos perseguidos pelo incapaz.

III. O Ministério Público sempre gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.

IV. O Ministério Público não gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos quando a lei, expressamente, estabelecer prazo próprio para a sua manifestação.

A) Apenas I e II estão corretas.

B) Apenas III e IV estão corretas.

C) Apenas II está correta.

D) Apenas IV está correta.

E) I, II, III e IV estão incorretas.

4.(2021 - AOCP - MPE-RS) Em relação às aptidões e à atuação do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

A) Em sede de Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade, com exceção dos casos que envolvam discussões relativas a direito de menores e incapazes, não será obrigatória a participação do Ministério Público, tendo-se em vista que o cerne dessa discussão procedimental possui viés legislativo, ou seja, não vinculado ao interesse público que atrai a participação ministerial em comento.

B) O Código de Processo Civil Brasileiro considera a permissão legal de elaboração de instrumento transacional referendado, conferindo a tal documento força executiva, podendo tal termo ser realizado pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal, não se incluindo o Ministério Público dentre os autorizados.

C) A participação do Ministério Público em casos de interesse público ou social é o que fundamenta a necessidade de sua participação, como fiscal da ordem jurídica, em ações que envolvam a Fazenda Pública, justamente para proteção da coisa pública. Porém não poderá o



Ministério Público interpor recurso em tais situações, tendo-se em vista a regra de remessa necessária para os casos em questão.

D) Deve o Ministério Público ser intimado para que, no prazo de trinta dias, intervenha em causas que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural, entretanto não poderá alegar a incompetência relativa em tais casos, visto que, em que pese o interesse social justificado pela função social da propriedade, a incompetência relativa possui aspecto privado, diferentemente do que ocorre com a incompetência absoluta, que possui aspecto público.

E) Um dos aspectos que atrai a legitimidade do Ministério Público para propor uma Ação Civil Pública é o interesse público ou social, tal como em casos de defesa do patrimônio público e também em situações de ilegalidade de ajustes de mensalidades escolares, em que pese o aspecto privado da prestação de serviços das escolas particulares.

5.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Nova Iguaçu/Procurador) Acerca dos direitos e dos deveres da Advocacia Pública, dispostos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial.

B) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

C) O benefício da contagem de prazos em dobro será aplicado ainda que lei diversa estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

D) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

E) A intimação pessoal do membro de Advocacia Pública far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.

Gabarito



1. D
2. C
3. D
4. E



5. C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.